

Anúncio de Abertura de Período de Apresentação de Candidaturas

N.º 3 / 2020 / GRATER Mar

Tipologia: Reforço da competitividade do Turismo

Portaria n.º 61/2017, de 2 de agosto, alterada e republicada pela

Portaria n.º 48/2018, de 3 de maio e Portaria n.º 22/2020, de 21 de fevereiro



A submissão de candidaturas ao abrigo do regime de apoio aprovado pela Portaria n.º 61/2017 de 2 de agosto, alterada e republicada pela Portaria n.º 48/2018, de 3 de maio e pela Portaria n.º 22/2020, de 21 de fevereiro, no âmbito do Reforço da Competitividade do Turismo, é efetuada no período entre os dias 01 de setembro e 15 de outubro de 2020.

Em coerência com o disposto no artigo 11.º do citado Regime de Apoio, a presente abertura rege-se pelos termos e condições seguintes:

1. Legislação Aplicável

O presente anúncio não dispensa a consulta de toda a regulamentação e orientações aplicáveis, nomeadamente:

- Portaria n.º 61/2017 de 2 de agosto, alterada e republicada pela Portaria n.º 48/2018, de 3 de maio e pela Portaria n.º 22/2020, de 21 de fevereiro
- Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro
- Decreto-Lei n.º 137/2014, de 12 de setembro
- Outras orientações técnicas aprovadas pela Autoridade de Gestão e divulgadas no respetivo sítio da internet

2. Objetivos e prioridades visadas:

Promover o desenvolvimento local e a diversificação das economias das zonas pesqueiras e costeiras através do empreendedorismo, da promoção do emprego sustentável e com qualidade, da promoção da inovação social e criação de respostas a problemas de pobreza e de exclusão social.

Objetivos específicos:

- Consolidar o potencial turístico da região, nomeadamente através da exploração de sinergias entre a atividade turística e os recursos naturais, históricos e culturais e a economia produtiva tradicional do território.
- Melhorar as condições de suporte ao desenvolvimento económico, incluindo a promoção, divulgação e comercialização de produtos.

3. Tipologia de operações a apoiar:

São apoiáveis as seguintes tipologias de operação:

- Criação e ou dinamização de micro e pequenas empresas que desenvolvam atividades ligadas ao meio aquático, promovendo o turismo de âmbito local;
- Criação, recuperação e modernização das estruturas e equipamentos ou infraestruturas existentes relacionadas com o turismo aquático

As operações relacionadas com restauração, alojamento local e empreendimentos turísticos devem estar diretamente ligadas ao mar e serão apenas elegíveis se promovidas por pescadores ou membros do seu agregado familiar, e que permitam a diversificação e/ou criação de rendimento complementar.

As operações devem preencher as condições previstas no artigo 5.º regime de apoio aprovado pela Portaria n.º 61/2017 de 2 de agosto, alterada e republicada pela Portaria n.º 48/2018, de 3 de maio e pela Portaria n.º 22/2020, de 21 de fevereiro.

4. Área geográfica elegível e indicadores de execução material:

A área geográfica corresponde ao território de intervenção do GAL GRATER Mar, a saber:

| Concelho | Freguesia |
|------------------------|------------------------------------|
| Angra do Heroísmo | São Mateus da Calheta |
| | Altares |
| | Angra (Nossa Senhora da Conceição) |
| | Angra (São Pedro) |
| | Angra (Sé) |
| | Cinco Ribeiras |
| | Doze Ribeiras |
| | Feteira |
| | Porto Judeu |
| | Raminho |
| | Ribeirinha |
| | Santa Bárbara |
| | São Bartolomeu de Regatos |
| | São Bento |
| | Serreta |
| | Vila de São Sebastião |
| Praia da Vitória | Cabo da Praia |
| | Praia da Vitória (Santa Cruz) |
| | Agualva |
| | Biscoitos |
| | Lajes |
| | Porto Martins |
| | Quatro Ribeiras |
| | Vila Nova |
| Santa Cruz da Graciosa | Praia (São Mateus) |
| | Guadalupe |

| | |
|--|-------------------------------|
| | Luz Santa Cruz da Graciosa |
|--|-------------------------------|

| Indicador | Estratégia de Desenvolvimento Local aprovada |
|--|--|
| Criação de Postos de trabalho | Criação de Postos de trabalho – 1 |
| Manutenção de Postos de Trabalho | Manutenção de Postos de Trabalho – 3 |
| Criação de Empresas | Criação de Empresas – 1 |
| Empresas apoiadas | Empresas apoiadas – 4 |
| Número de operações ligadas ao turismo | Número de operações ligadas ao turismo – 4 |

5. Beneficiários:

Nos termos do artigo 6.º do Regulamento anexo à Portaria n.º 61/2017 de 2 de agosto, alterada e republicada pela Portaria n.º 48/2018, de 3 de maio e pela Portaria n.º 22/2020, de 21 de fevereiro, pode beneficiar de apoios qualquer entidade, singular ou coletiva, do setor público, cooperativo, social ou privado, com ou sem fins lucrativos, que preencha as condições previstas no artigo 7.º do referido Regulamento.

Para as operações relacionadas com restauração, alojamento local e empreendimentos turísticos apenas podem ser beneficiários pescadores ou membros do seu agregado familiar, e devem permitir a diversificação e/ou criação de rendimento complementar.

A condição de acesso é aferida através da inscrição no rol de matrícula (pescadores) e licença (apanhadores) há mais de 3 meses.

6. Despesas elegíveis e não elegíveis

Sem prejuízo das regras e limites à elegibilidade de despesas definidas no artigo 15º do Decreto-Lei nº 159/2014, de 27 de outubro e das fixadas nas orientações técnicas específicas emitidas pela Autoridade de Gestão fixam-se as seguintes regras de elegibilidade das despesas:

| Despesas elegíveis | Despesas não elegíveis |
|--|---|
| Construção ou obras de adaptação / modernização de edifícios | Despesas de funcionamento do beneficiário, custos correntes e de manutenção |
| Aquisição de equipamentos informáticos, hardware e software e criação de sítios na internet, relacionados com a atividade a desenvolver e sua instalação; | Bens imóveis, incluindo terrenos |
| Aquisição, adaptação e / ou apetrechamento de embarcações com vista à sua utilização em atividades marítimo turísticas; | Viaturas; |
| Aquisição de equipamentos para a realização de desportos aquáticos e de pesca lúdica (quando estes incluam a aquisição de pranchas e de fatos de surf, o número de fatos a adquirir não deverá ir além de 20% do número de pranchas; | Equipamentos em estado de uso |
| Criação de slogans, rótulos ou material publicitário, necessários à realização de | Consumíveis |

atividades promocionais, desde que não relacionados com marcas comerciais;

Outras despesas consideradas indispensáveis à execução da operação / investimento

Honorários de arquitetos, engenheiros e consultores, até ao limite de 5% do investimento total, sendo que cada despesa per si não pode ultrapassar 2.500,00€ ou 1.500,00€ para elaboração e acompanhamento da candidatura

Trabalhos da entidade beneficiária para ela própria

Equipamentos obrigatórios ou que não vão além das exigências previstas na lei nacional ou da União.



Acresce que para as operações ligadas a restauração (locais de degustação), alojamento local e empreendimentos turísticos, a elegibilidade das despesas relativas a mobiliário, eletrodomésticos e afins é limitada à aquisição dos bens absolutamente indispensáveis à operacionalização da unidade. Para esta tipologia de operações não serão elegíveis os seguintes custos:

- Louças e objetos de vidro;
- Talheres e utensílios de cozinha;
- Roupas e atoalhados;
- Quaisquer bens com finalidade decorativa, incluindo tapeçarias, cortinados e candeeiros

7. Dotação orçamental:

A dotação orçamental, em termos de apoio público, é de 52.245,57€, dos quais 85% correspondem à comparticipação do Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas (FEAMP).

8. Número máximo de candidaturas admitidas por beneficiário:

Apenas se admite uma candidatura por beneficiário durante a vigência temporal do presente anúncio.

9. Forma e local de apresentação de candidaturas:

As candidaturas são apresentadas e submetidas no **Portal do Mar2020**
<https://balcaomar2020.pt/balcao/inicio/auth/login>.

10. Critérios de seleção e respetivos fatores, fórmulas, ponderação e critério de desempate:

As candidaturas devidamente submetidas que cumpram as condições de elegibilidade das operações e dos beneficiários, previstas nos artigos 5.º e 7.º do Regulamento anexo à Portaria n.º 61/2017 de 4 de agosto, alterada e republicada pela Portaria n.º 48/2018, de 3 de maio e pela Portaria n.º 22/2020, de 21 de fevereiro, são selecionadas para hierarquização.

As candidaturas são hierarquizadas por ordem decrescente da pontuação obtida na Pontuação Final da Operação (PF) para a qual contribuem as apreciações seguintes:

- AT = Análise Técnica – valoriza a qualidade técnica objeto da operação;
- AF = Análise económica e financeira – valoriza a viabilidade do investimento;
- AE = Análise Estratégica - valoriza a contribuição da operação para os objetivos da EDL.



A fórmula a aplicar depende do valor do investimento da operação, assim:

- Para operações de investimento elegível igual a 50.000€ é aplicada a seguinte fórmula:

$$PF = 0,3AT + 0,2AF + 0,5AE$$

- Para operações de investimento elegível inferiores a 50.000€, ou apresentados por entidades públicas ou por empresários em nome individual, a AF não é exigível, sendo aplicada a seguinte fórmula:

$$PF = 0,4AT + 0,6AE$$

São excluídas as candidaturas que obtenham menos de 50 pontos na pontuação final (num total de 100) ou 0 pontos em qualquer das apreciações.

A forma de cálculo das pontuações da AT, da AF e da AE é definida no anexo I ao presente aviso.

Em caso de empate, as candidaturas são hierarquizadas de acordo com os seguintes critérios:

- Candidatura com maior pontuação no AE1
- Candidatura com maior pontuação no AT2
- Candidatura com maior pontuação no AE2

Continuando a haver empates após a aplicação dos critérios anteriores caberá ao órgão de administração do GALPescas proceder ao desempate, tendo em conta qual o projeto que mais contribui para o alcance das metas e dos objetivos previstos.

11. Forma, nível e limite dos apoios:

Os apoios são concedidos sob a forma de subvenção não reembolsável e limitados tendo em conta a criação de emprego:

| | Limite máximo de investimento elegível | Limite máximo do apoio concedido |
|------------------------|--|----------------------------------|
| Com criação de emprego | € 50.000,00 | € 42.500,00 |
| Sem criação de emprego | € 25.000,00 | € 21.250,00 |

O posto de trabalho tem que ser criado até à data de apresentação do último pedido de pagamento e deve vigorar, em permanência e a tempo inteiro, pelo menos, por três anos consecutivos contados da data em que foi criado. A criação e manutenção do posto de trabalho devem ser comprovadas pelas folhas da segurança social.

Nos termos do artigo 9º da Portaria n.º 61/2017 de 2 de agosto, alterada e republicada pela Portaria n.º 48/2018, de 3 de maio e pela Portaria n.º 22/2020, de 21 de fevereiro e da Estratégia de Desenvolvimento Local aprovada, a taxa de apoio público a conceder por tipologia de beneficiário é fixada de acordo com as seguintes taxas:

| Tipologia de promotor | Apoio Público (Máximo) |
|------------------------|------------------------|
| Todos os beneficiários | 85% |

12. Meios de divulgação e informação complementar:

Complementarmente ao presente anúncio, a legislação e orientações técnicas aplicáveis, estão disponíveis no sítio da *Internet* do GAL-Pesca GRATER Mar, em www.grater.pt e no sítio da *Internet* do Mar 2020, em www.mar2020.pt.

Poderão ser obtidos esclarecimentos adicionais junto do GAL-Pesca GRATER Mar, através do endereço grater@grater.pt ou pelo telefone 295 901 067.

Praia da Vitória, 20 de agosto de 2020

O Órgão de Administração

Anexo I – Critérios de Seleção

A AT é pontuada de 0 a 100 de acordo com os seguintes critérios:



| AT – Análise Técnica | | | | | | |
|---|---------------|---|----------------|-------------------------|-----------|--|
| Critérios de análise | Valoração (%) | Grelha de análise | Ponderação (%) | Grelha de classificação | Pontuação | Evidência |
| AT1 Qualidade da operação | 40 | Relação entre a estrutura de custos e os objetivos perseguidos Pontua quando existe coerência entre a candidatura apresentada, os custos operacionais associados ao desenvolvimento das atividades previstas e os objetivos da operação | 15 | Totalmente adequado | 100 | Formulário e Memória descritiva e anexos |
| | | | | Adequado | 50 | |
| | | | | Desadequado | 0 | |
| | | Qualificação dos recursos humanos envolvidos Analisa a qualificação do beneficiário na área do investimento proposto, através da avaliação da formação e da experiência profissional | 15 | Totalmente adequado | 100 | |
| | | | | Adequado | 50 | |
| | | | | Desadequado | 0 | |
| AT2 Contributo da operação para os indicadores do Programa | 50 | Meios técnicos e físicos afetos ao desenvolvimento da operação Pontua quando se verifica que são mobilizados os meios técnicos e físicos necessários à adequada realização das atividades previstas | 10 | Totalmente adequado | 100 | Formulário e Memória descritiva e anexos |
| | | | | Adequado | 50 | |
| | | | | Desadequado | 0 | |
| | | Criação / manutenção de postos de trabalho Pontua quando o investimento permite a criação / manutenção de postos de trabalho adequados às atividades a desenvolver | 20 | Totalmente adequado | 100 | |
| | | | | Adequado | 50 | |
| | | | | Desadequado | 0 | |
| AT3 Operação prevê o acesso do público aos seus resultados | 10 | Criação de empresas Pontua conforme se trate de modernização de uma empresa já existente ou criação de uma nova empresa | 30 | Sim | 100 | |
| | | | | Não | 0 | |
| | | Promoção e Divulgação Pontua quando estão previstas despesas relacionadas com a promoção e marketing ou quando existe um plano de divulgação adequado | 10 | Sim | 100 | |

A AE é pontuada de 0 a 100 de acordo com os seguintes critérios:

[Handwritten signature]

| AE – Análise estratégica | | | | | |
|--|---------------|--|---|--|--|
| Critérios de análise | Valoração (%) | Grelha de análise | Grelha de classificação | Pontuação | Evidência |
| AE1 Contribuição para os objetivos da EDL | 40 | Relação do projeto com os objetivos da EDL Pontua conforme a convergência da operação para os objetivos da EDL | Prossegue 2 objetivos Prossegue 1 objetivo Não prossegue | 100 50 0 | |
| AE2 Âmbito territorial | 40 | Impacto do projeto Pontua conforme seja o impacto do projeto | Regional Ilha Concelho Local | 100 90 80 70 | |
| AE3 Contributo para a Valorização ambiental | 20 | Contributo para a Valorização Ambiental Pontua conforme a contribuição do projeto para a valorização ambiental (indicador cumulativo) Sempre que acumular mais do que uma opção, obtém a pontuação máxima | Utilização de energias renováveis (painéis solares) Utilização de materiais / equipamentos amigos do ambiente ou de eficiência energética (equipamentos com etiqueta energética superior a A+, star energy, utilização de LED's, etc.) Utilização de boas práticas ambientais: ecopontos, reutilização de materiais Sem contributo | 100 75 50 0 | Formulário de candidatura Memória descritiva e anexos |

A AF é pontuada de 0 a 100 de acordo com os seguintes critérios:

- **Projetos com fins lucrativos \geq 50.000 euros:**

| VE – Análise económico-financeira | | | | | |
|---------------------------------------|---------------|--|-------------------------|-----------|--|
| Critérios de análise | Valoração (%) | Grelha de análise | Grelha de classificação | Pontuação | Evidência |
| AF1 Valor Atualizado Líquido | 50 | VAL (Valor Atual Líquido) | VAL > 0 | 100 | Formulário de candidatura Memória descritiva e anexos |
| | | | VAL = 0 | 0 | |
| AF 2 Taxa Interna de Rentabilidade | 50 | TIR (Taxa Interna de rentabilidade) | TIR \geq 1,5 | 100 | |
| | | | TIR < 1,5 | 0 | |

Anexo II – Documentos a apresentar na candidatura

Beneficiário

1. Declaração de Início de Atividade e alterações ou comprovativos da Situação Cadastral Atual (área pessoal das Finanças) - OBRIGATÓRIO
2. Pessoas coletivas – OBRIGATÓRIO (o que for aplicável)
 - Certidão Permanente do registo comercial
 - Estatutos e Ata de eleição dos corpos sociais
 - Certidão da CASES – no caso de Cooperativas
3. Declaração de não dívida à Segurança Social e à Autoridade Tributária
4. Informação económico-financeira do beneficiário, dos três anos anteriores à candidatura (IES, Balanços e Demonstrações de Resultados) – OBRIGATÓRIO
5. Pareceres, licenças, autorizações, inscrições ou registos de entidades nacionais, regionais ou locais, com competências nas áreas de investimento em causa

Operação

1. Memória Descritiva - OBRIGATÓRIO
2. Pareceres, licenças, autorizações, inscrições ou registos de entidades nacionais, regionais

ou locais, com competências nas áreas de investimento em causa

3. Projetos técnicos de execução, Plantas e Mapas, Memória descritiva

4. Elementos relativos à propriedade do espaço a intervencionar: caderneta predial, contrato de arrendamento ou outro tipo de cedência de exploração, designadamente, contrato de comodato, com durabilidade compatível com a execução da operação e as obrigações dos beneficiários [quando respeitem a investimentos produtivos: 3 anos para PME e 5 anos para as restantes entidades]



5. Três orçamentos e/ou faturas proforma discriminados em detalhe e com preços unitários. Os equipamentos devem ser bem caracterizados e quantificados. (não aplicável a entidades públicas, quando o valor individual dos investimentos seja superior ao limite para o procedimento de ajuste direto) – OBRIGATÓRIO

6. Catálogos dos equipamentos a adquirir mencionando as características técnicas do equipamento

7. Cópia da ata que considera a aprovação da realização da operação com indicação do custo total e das fontes de financiamento

8. Nos casos em que seja proposta a afetação parcial de despesa - nota justificativa

9. Extrato das remunerações da Segurança Social (discriminado por trabalhador), nos seis meses anterior à candidatura – quando há criação de Postos de Trabalho –

OBRIGATÓRIO

10. Documentos que comprovem o cumprimento dos pressupostos da Análise Técnica, Económico-Financeiras e Estratégia (se aplicável) – OBRIGATÓRIO